

ENSINO DE HISTÓRIA
NO INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO
BRASILEIRO: os
pareceres do
Sodalício (1866-1876)

Aaron Sena Cerqueira Reis*

HISTORY TEACHING IN THE
*INSTITUTO HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO BRASILEIRO*: the
judgment of the Sodality (1866-1876)

RESUMO

Este artigo é resultado da dissertação defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe intitulada *Ensino de História no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: as ideias de Agostinho Marques Perdigão Malheiro Filho (1850) e Américo Brasiliense de Almeida e Mello (1876)*. Nele, pretendo compreender a ideia de ensino de História do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) no período de 1866 a 1876 mediante análise de pareceres. Publicados na *Revista do IHGB*, os documentos revelaram o olhar de parte da agremiação acerca da questão investigada, além de contribuir para mostrar a importância do sodalício enquanto um espaço de fermentação intelectual e sociabilidade. **Palavras-chave:** Ensino de História. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Pareceres.

ABSTRACT

This article is a result of the dissertation defended in the Programa de Pós-Graduação em Educação of the Universidade Federal de Sergipe entitled *Ensino de História no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: as ideias de Agostinho Marques Perdigão Malheiro Filho (1850) e Américo Brasiliense de Almeida e Mello (1876)*. In it, I want to understand the idea of teaching history of the *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (IHGB) in the period 1866-1876 by analyzing judgments. Published in the *Revista do IHGB*, the documents revealed the look of part of the association on the issue investigated, and contribute to show the importance of the sodality as a place of intellectual ferment and sociability.

Keywords: History Teaching. *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Judgments.

* Trabalho desenvolvido com auxílio de bolsa CAPES.

** Mestre em Educação e Licenciado em História pela Universidade Federal de Sergipe.

INTRODUÇÃO

A *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (R.IHGB) é um periódico cuja publicação apresenta-se de forma regular desde 1839, início de sua circulação. Conforme Rollie E. Poppino¹, mesmo passando por mudanças na ordem da periodicidade (trimestral – semestral – anual – trimestral) e de nomenclatura, ela não fugiu ao seu objetivo de incentivar produções no âmbito das Ciências Humanas.

Este brasilianista, que foi responsável por um dos primeiros trabalhos de cunho interpretativo sobre o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB)², indicou as contribuições feitas pelo grêmio ao estudo das Ciências Sociais e descreveu as tendências e a evolução dos escritos históricos no Brasil no período de 1839 a 1938. Para tanto, ele propôs uma classificação dos textos e documentos encontrados no jornal científico, inserindo-os em nove categorias textuais. Como resultado, a pesquisa mostrou que a *Revista do IHGB* foi pioneira no estímulo ao interesse pela História, Geografia e outras ciências correlatas, fixando, inclusive, os padrões intelectuais do país.

Ressaltando temas frequentes sobre a História do Brasil nas diversas seções do periódico, o texto de Poppino se restringiu ao tratamento da ciência histórica, não especificando questões acerca da História ensinada. Por esta razão, tomei o objeto que serviu de fonte ao pesquisador americano para tentar compreender este outro ângulo. Assim sendo, apropriei-me inicialmente das atas, entendendo-as como um espaço de representação formulado pelos sócios do Instituto, a fim de perceber a concepção do grêmio acerca do ensino e usos escolares de História.

Aparentemente silenciosas, as atas publicadas ao final de cada volume do periódico foram, paulatinamente, deixando sugestivos rastros.

¹ POPPINO, Rollie E. Um século da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. IN: *REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, v.314, jan./mar. 1977, p.285-305.

² A pesquisa original, *A century of the Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, foi publicada na *The Hispanic American Historical Review*, em 1953.

Tais vestígios, impressos por alguns membros da agremiação que, na representação que pretendiam construir deles mesmos nos documentos, deram a entender suas preocupações com a passagem do discurso histórico erudito para o saber escolar.

No rol dos personagens que atentaram a esta questão, as atas enunciaram Salvador Henrique de Albuquerque, responsável pelo *Resumo da História do Brasil* (1848), Antônio Álvares Pereira Coruja, autor das *Lições de História do Brasil* (1855), Agostinho Marques Perdigão Malheiro Filho, escritor do *Índice cronológico dos fatos mais notáveis da história do Brasil* (1850) e Américo Brasiliense de Almeida e Mello, com as suas *Lições de história pátria* (1876). Objetivando a chancela do IHGB, estes escritores submeteram seus trabalhos à avaliação da “comissão de História”.

Através de uma equipe constituída anualmente nas sessões de eleição, a “comissão de História” possuía a função de analisar e fornecer pareceres sobre as obras recebidas. Se em princípio, este julgamento possuía apenas o objetivo de autorizá-las ou não, em seguida, passou também a ser utilizada como critério de seleção de novos integrantes por uma comissão específica³. Então, caso o trabalho recebesse boas críticas, um candidato a sócio também teria seu acesso garantido.

Dentre os intelectuais que submeteram trabalhos considerados – pelos próprios autores – como “didáticos”, dois queriam tão somente a autorização oficial, visto já serem membros do sodalício. Foi o caso de Albuquerque e Coruja que, mesmo assim, não tiveram os juízos recebidos por suas obras publicados. Já nos casos de Malheiro Filho e Brasiliense, aspirantes ao título de sócio, estes foram contemplados com a impressão dos pareceres sobre suas respectivas obras e aprovação para compor a sociedade científica.

³ O periódico da instituição revela que durante os oitocentos houve, pelo menos, duas normas para o ingresso de membros. Uma menos criteriosa e mais aberta aos interesses do Instituto, divulgada em 1839 e; outra que, a partir de 1951, apresentava-se mais rigorosa, exigindo comprovação de “capacidade literária”.

Considerando que a opinião do Instituto acerca do *Índice cronológico* de Malheiro Filho foi construída a partir de controvérsias, cuja extensão da polêmica não caberia no presente texto, opto por analisar o pensamento da agremiação sobre as *Lições de história pátria* de Américo Brasiliense, obra originalmente publicada em 1876. A veiculação desses documentos no periódico denota a concepção, não só dos avaliados, mas também dos avaliadores acerca do ensino e dos usos escolares da História. Além disso, contribui para mostrar a *Revista do IHGB* como “um lugar de fermentação intelectual e de relação afetiva, ao mesmo tempo viveiro e espaço de sociabilidade”⁴.

PARECERES ADMISSIONAIS E DE OBRAS SUBMETIDAS AO IHGB: ESTRUTURA E CONTEÚDO

Antes de analisar o parecer crítico das *Lições de história pátria* e o parecer admissional de seu autor, Américo Brasiliense – documentos que, conforme o Estatuto do IHGB de 1851, eram exigidos para o ingresso de novos membros –, convém entender a estrutura e conteúdo das fontes que possuíam estas mesmas funções. Nesse sentido, realizo aqui uma escansão do *corpus* documental publicado de maneira mais organizada entre os anos de 1866 e 1871, quando a *Revista do IHGB* criou uma seção intitulada “Pareceres de comissões ou comissários especiais”.

Apesar dos julgamentos analisados neste artigo não terem sido localizados no recorte temporal citado, busquei decompor aqueles que ali estavam a fim de encontrar balizas que me permitissem categorizá-los. Nesse sentido, observei dois aspectos. Inicialmente, para depreender o valor da obra – *Lições de história pátria* – pela ótica dos avaliadores, atinei quanto à aparência formal da mesma, procedimento que me permitiu classificá-la como erudita ou didática. Em seguida, para entender como os pareceristas avaliaram o comprometimento do candidato em

⁴ SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. IN: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Tradução de Dora Rocha. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p.249.

relação aos ideais do IHGB, busquei determinar se o mesmo foi considerado historiador ou educador.

O procedimento de análise utilizado revelou que no período de 1866 a 1871 foram divulgados 33 julgamentos de novos sócios realizados pela “comissão de admissão”. Destes, apenas seis acompanharam as críticas dos avaliadores dos textos – evidenciando que, apesar da “rigidez” das normas para seleção de membros, proposta pelos Estatutos de 1851, tal regra nem sempre era seguida. Mesmo assim, busco descrever, neste ponto, os dois tipos de fontes: as primeiras produzidas pelo setor responsável pela admissão de novos candidatos e, a segunda, responsável pela avaliação do trabalho exigido como título.

Quanto à estrutura dos pareceres admissionais, estes eram curtos. Geralmente, apresentavam um só parágrafo, com aproximadamente 20 linhas. Alguns acompanhavam pequeno texto biográfico, intitulado “notícia”, onde também se apresentava algum comentário sobre a obra do candidato utilizada como requisito para admissão. Esta “notícia”, contudo, não ultrapassava duas páginas e se caracterizava por elogiar demasiadamente o candidato, procurando justificar a entrada dele por qualidades que, nem sempre – penso –, eram em prol das letras.

Os pareceres seguiam os mesmos protocolos, iniciando da seguinte forma: “A comissão de admissão de sócios, considerando a proposta de [*nome do sócio ou mais de um, se fosse o caso*], é de parecer que [*nome do candidato*] seja admitido na qualidade de sócio [*correspondente ou efetivo*], servindo de título de admissão a sua obra [*título da obra*]”. Ao final deste cabeçalho, bem como do texto biográfico apresentado em seguida, localizavam-se as datas tópica e cronológica, seguido da assinatura dos relatores. Observo ainda que, na ausência da “notícia”, aspectos biográficos poderiam surgir no próprio cabeçalho, seguindo após o título da obra.

Em parte dos casos, 15 dos 33 consultados, os candidatos não apresentaram trabalhos. As justificativas eram vagas e evidenciavam sempre o mesmo teor. Possuir “apreço”⁵ ou ser “um exímio cultor das

⁵ Parecer de admissão de Alexandre Magno de Castilho. In: *R.IHGB*, v.2, 1868, p. 397.

letras”⁶, exibir “um espírito investigador”⁷, mais ainda, demonstrar “exuberantes provas de sua ilustração e habilitações literárias”⁸ eram algumas das qualidades atribuídas ao candidato que o eximiam da produção destinada à seleção. Desta forma, considerava-se o conjunto dos trabalhos realizados pelo novo membro – possuidor, portanto, de “nome já conhecido”⁹ –, suficientes para o seu ingresso.

A outra parte dos pareceres de admissão, nos quais os candidatos apresentaram o texto-requisito – 18 casos –, apenas seis tiveram a crítica da “comissão de avaliação” específica anexada; onze receberam comentários imprecisos, que não explicavam de maneira contundente as habilidades do candidato e, finalmente, um não teve seu trabalho avaliado. O último caso ocorreu no parecer admissional recebido pelo general Wenceslão Paunero. Curiosamente, a comissão posicionou-se “abstendo por justos e ponderosos motivos de emitir juízo sobre o trabalho oferecido para título de admissão”¹⁰. Com o título *Memória sobre os limites entre a confederação Argentina e a república de Bolívia*, penso que, pelo menos uma das razões para que o trabalho não fosse alvo de julgamento esteja relacionada ao fato de que o IHGB defendia pontos de vista contrários à citada questão, o que poderia gerar conflitos internacionais, afinal de contas, uma das temáticas recorrentes no sodalício era o das fronteiras do Brasil.

Atentando-me aos comentários da “comissão de admissão” sobre o parecer das obras-requisitos, realizados pelas comissões de avaliação, enfatizo que os onze documentos não demonstraram críticas consistentes, talvez em virtude da falta de minúcia na análise dos textos. Eram olhares bastante superficiais e se destinavam a elogiar o autor e/ou seu trabalho. Destacava-se, por exemplo, que o candidato possuía “habilitações e amor ao trabalho”¹¹ e que a obra levantava “importantes

⁶ Parecer de admissão de José de Luca. In: *R.IHGB*, v.2, 1868, p. 396.

⁷ Parecer de admissão do padre Brasseur de Bourbourg. In: *R.IHGB*, v.2, 1868, p. 395.

⁸ Parecer de admissão de José Rosendo Guterres. In: *R.IHGB*, v.2, 1869, p. 301.

⁹ Parecer de admissão de Manoel Rouaud y Paz Soldan. In: *R.IHGB*, v.2, 1871, p. 381.

¹⁰ Parecer de admissão de Wenceslão Paunero. In: *R.IHGB*, v.2, 1870, p. 407.

¹¹ Parecer de admissão do Cônego Manoel da Costa Honorato. In: *R.IHGB*, v.2, 1871, p. 380-381.

questões”¹². No mesmo sentido, outras assertivas enfatizavam a utilidade do texto não por ser “simples narração, nem reprodução irrefletida”, mas pelo candidato conseguir superar sua ideia, originalmente expressa no título¹³. Assim, em casos positivos, concluía-se que a obra apresentada era “digna para servir de título de admissão”¹⁴.

Quanto aos pareceres das comissões de avaliação as obras submetidas, anexados ao parecer de admissão, estes não eram longos. Dispunham de, no máximo, três laudas. Em geral, iniciavam com o título “Parecer da comissão [*de história, geografia ou arqueologia*] sobre [*nome do estudo*] de autoria [*nome do candidato*]”. Embora haja seis certificados de admissão com os pareceres das obras anexos, existem apenas cinco pareceres. Isto porque a “comissão de História” julgou duas obras em um único documento.

A crítica que aborda a biografia apresentada como requisito por Olegário Herculano de Aquino e Castro, intitulada “Conselheiro Manoel Joaquim do Amaral Gurgel: Elogio histórico” não trata apenas deste estudo. O documento também tece considerações sobre o texto de Ladislao de Sousa Melo e Neto, intitulado “Investigações históricas e científicas sobre o Museu Nacional”. Comentando genericamente os dois trabalhos e após discorrer sobre a pertinência dos temas propostos pelos autores, o avaliador ressalta que “os dois escritos revelam, pela elegância e facilidade do estilo e pureza da frase, que seus autores dispõem de conhecimento da língua e de grande hábito de escrever”¹⁵. Deste modo, fica evidente que a preocupação do censor permeava o campo da forma (ou seja, o emprego correto da escrita), mais que a do conteúdo dos escritos (a fidedignidade dos assuntos abordados pelo autor).

Os outros pareceres, mesmo apresentando-se mais cuidadosos, ao avaliar um texto por vez, apresentam a mesma estrutura. Produzidos pela

¹² Parecer de admissão de Henrique Ambaner Schutel. In: *R.IHGB*, 1868, v.2, p. 379-394.

¹³ Parecer de admissão de José Maria da Silva Paranhos Junior. In: *R.IHGB*, v.2, 1867, p. 484-485.

¹⁴ Parecer de admissão de Domingos de Santa Maria. In: *R.IHGB*, v.2, 1870, p. 405.

¹⁵ *R.IHGB*, v.2, 1871, p.361.

“comissão de Geografia” estão o *Atlas do Império do Brasil*, de Cândido Mendes de Almeida; *Cenas de viagem*, de Alfredo d’Escragnoille Taunay e *Itinerário da Cruz Alta ao Campo Novo da província do Rio Grande do Sul*, de Henrique Ambaner Schutel¹⁶. A “comissão de Arqueologia e Etnografia” avaliou a *Descrição histórica das moedas romanas de S. M. El-Rei o Sr. D. Luiz I*, de Augusto Carlos Teixeira de Aragão, este, o maior dos pareceres, com três páginas.

Em geral, destacavam a trajetória profissional do avaliado (recurso que se repetia no parecer de admissão), realizando, em seguida, uma síntese da narrativa dos trabalhos. A conclusão seria pela utilidade ou não da obra. Nos casos apresentados, foram todos positivos aos respectivos autores. Para elucidar, os comentários destacavam não só o “valor histórico que encerra”, como a “agradável forma literária com que se acha elaborada”¹⁷ a(s) obra(s). Nessas condições, indicava-se a suficiência do trabalho para admissão do candidato.

Comparado aos pareceres recebidos por Américo Brasiliense, os comentários críticos feitos aos textos acima citados apresentaram algumas diferenças. Apesar da proximidade estrutural – iniciando com um parágrafo explicativo acerca da obra e do autor que se vai julgar, bem como o parágrafo conclusivo, onde geralmente se apresentava o resultado –, a avaliação do conteúdo foi diferenciada. Enquanto os pareceres de avaliação dos trabalhos dos candidatos se restringiam à forma, já que a narrativa dos fatos era sempre elogiada, os pareceres de Brasiliense discorreram com mais ênfase sobre os conteúdos abordados. São as críticas recebidas por este sócio que analiso a seguir.

¹⁶ Este não apresenta o título, visto que foi avaliado através de carta remetida à “comissão de Geografia”, por Guilherme Schuch Capanema.

¹⁷ Parecer da comissão de Arqueologia e Etnografia acerca da obra – *Descrição histórica das moedas romanas*, pelo Dr. Augusto Carlos Teixeira de Aragão. In: *R.IHGB*, v.2, 1871, p.362-364.

PARECERES RECEBIDOS POR AMÉRICO BRASILIENSE

Ao contrário do lento processo de admissão enfrentado por Agostinho Marques Perdigão Malheiro Filho¹⁸, o de Américo Brasiliense de Almeida e Mello não se alongou muito. Provavelmente pelas boas relações estabelecidas por este novo agremiado com antigos sócios do Instituto. É o que se entrevê na proposta de sua candidatura¹⁹, assinada por quatro sócios – três membros a mais do que o necessário para tal formalidade²⁰.

A obra que serviu de título para admissão foram as *Lições de história pátria*, ofertada ao IHGB por intermédio de Olegário Herculano de Aquino e Castro. Em pouco tempo, a “comissão de História” se pronunciava quanto ao trabalho de Brasiliense, cuja leitura do parecer se deu na última sessão ordinária de 1876²¹. Entretanto, iniciadas as reuniões do ano seguinte²², o citado documento foi aprovado e encaminhado para a “comissão de admissão”, que logo aprovou o seu ingresso²³. Curiosamente, a avaliação das *Lições de história pátria* foi realizada pelo mesmo sócio que intercedeu à proposta admissional e à oferta da obra – Olegário Herculano, além de Cesar Augusto Marques –, o que me leva a crer não apenas no interesse por parte do autor, mas também da agremiação em tê-lo como representante.

Transcrito na ata de 24 de novembro de 1876²⁴, o parecer da obra de Brasiliense apresentou-se como um elogio aos “esforços” de um “professor” por se “aventurar” num campo “árduo” e “pouco reconhe-

¹⁸ Sobre este assunto, ver: REIS, Aaron Sena Cerqueira. *Ensino de História no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: as ideias de Agostinho Marques Perdigão Malheiro Filho (1850) e Américo Brasiliense de Almeida e Mello (1876)*. Orientador: Itamar Freitas. São Cristóvão, SE: UFS, 2013. Dissertação (Mestrado em Educação).

¹⁹ Ata da 10ª Sessão, em 29 de setembro de 1876. In: *R.IHGB*, v.2, 1876, p.428-435.

²⁰ Vide: IHGB. *Novos Estatutos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Tipografia de Domingos Luiz dos Santos, 1862.

²¹ Ata da 14ª sessão, em 24 de novembro de 1876. In: *R.IHGB*, v.2, 1876, p.451-459.

²² Ata da 1ª Sessão ordinária, em 20 de abril de 1877. In: *R.IHGB*, v.2, 1877, p.409-421.

²³ Ata da 3ª Sessão, em 18 de maio de 1877. In: *R.IHGB*, v.2, 1877, p.429-439.

²⁴ *R.IHGB*, tomo 39, 1876, p.455-459.

cido” pelas autoridades governamentais. Inicialmente, os avaliadores pareceram querer justificar as razões pela qual a obra de Brasiliense mereceu respaldo. Deste modo, destacaram que a obra não era um “tratado”, muito embora, conforme indicação do próprio autor, o livro tivesse sido utilizado em situação didática.

Sendo assim, coube refletir sobre como o citado material não foi considerado um tratado, já que se constituía em uma exposição didática de assuntos relativos à História. Uma hipótese é a cautela apresentada pelos pareceristas a fim de evitar que as *Lições* recebessem o mesmo tratamento que outras obras do gênero: trabalhos engavetados ou esquecidos, visto se tratarem de matéria “resumida” da História.

Dito o que não era, os comentadores passam a discorrer sobre o que eram as *Lições*: “simples, e modesto na forma e no objeto, representa apenas o patriótico e louvável intuito da parte do autor de coadjuvar os esforços de um instrutor da mocidade no bom desempenho de sua nobre missão”²⁵. A partir do excerto, deduzo que o caráter da obra é diminuído ao passo em que o do autor é enaltecido. Os adjetivos atribuídos a ambos são reveladores.

O texto não é um tratado, ou seja, não é um instrumento de pesquisa amplo, adequado para a consulta não só de estudantes, mas também de pesquisadores, ele é uma ferramenta “simples” e “modesta”. Por outro lado, o autor é um “instrutor da mocidade”, um “patriota”, adjetivos que no texto – acredito – poderiam facilmente ser substituídos por outro, altruísta. Sim, porque Brasiliense é caracterizado como um intelectual que abdica do ofício da pesquisa para se preocupar com a formação e o “bom desempenho” dos futuros brasileiros. Ele se priva do prestigiado ofício de historiador para se dedicar à formação da sua nação, motivo que leva os avaliadores a considerarem sua missão “nobre”. O tom elogioso continuará no restante do parecer.

Descrita a abordagem da obra, Castro e Marques explicam a estrutura das *Lições*, compostas pela compilação de 36 preleções realizadas

²⁵ Idem, *ibidem*, p.455.

por Brasiliense em 1873 em um colégio particular, não especificado no texto. Contudo, tal explicação fica restrita a um pequeno parágrafo de três linhas. Novamente, os avaliadores se desviam da tarefa crítica para enfatizar a “intenção única do mestre [de] implantar no ânimo dos seus jovens alunos o amor pelo estudo das coisas pátrias, e despertar a atenção dos ouvintes para um assunto que tão de perto interessa à educação”²⁶.

Apesar de “modesto”, o livro agora adquire uma virtude maior, pois “ensina sem fadiga e esclarece sem pretensão”²⁷. Obviamente os pareceristas atribuem o mérito a Brasiliense, que discorre sobre assuntos de “transcendente importância” e se posiciona de modo imparcial, raro aos “observadores contemporâneos”, contribuindo com o estabelecimento da “verdade”.

Tomando a ideia de “verdade” como elo, Castro e Marques discutem sobre a concepção de História professada por eles. Isto porque a História é vista como “uma ciência social destinada a enriquecer o futuro com a experiência do passado”²⁸, baseando-se no critério da “verdade”. Esta é, conforme os avaliadores, a grande dificuldade encontrada pelo historiador, que muitas vezes tende a filiar-se a determinado ponto de vista dos fatos. Para eles, um historiador deve ser “filósofo, observador e analista, que apreende os fatos, estuda-os e classifica-os, assinalando as relações que entre si guardam para deduzir, de coisas certas e princípios verdadeiros, efeitos legítimos e consequências necessárias”²⁹.

Devido a esta “gravidade do encargo”, afirmam os pareceristas, há muitos escritores, mas poucos historiadores. E eles atribuem a raridade do surgimento dos “bons trabalhos históricos” não à falta de iniciativa ou criatividade dos pesquisadores, muito menos à falta de instrução. Segundo Castro e Marques, o alheamento aos trabalhos históricos ocorre “porque não há incentivo que anime, nem força que resguarde

²⁶ Idem, *ibidem*, p.455.

²⁷ Idem, *ibidem*, p.456.

²⁸ Idem, *ibidem*, p.456.

²⁹ Idem, *ibidem*, p.456.

o cometimento daqueles que propõem-se a desenvolver a nossa ainda rudimentar literatura”³⁰. Prova disso seria que “a literatura deste século tem perdido em profundidade o que tem ganhado em extensão”³¹.

Tal fenômeno de desprezo às letras não ocorria somente em virtude do desinteresse do Estado e dos partidos que “não consente[*iam*] os longos e severos estudos”³², os avaliadores também culpavam “todos quantos, podendo, não concorrem com a eficácia dos meios de que dispõem para o desenvolvimento moral da sociedade por meio da proteção às letras, favor ao estudo e apoio às vocações, que aí mangram à míngua de conforto e animação”³³.

A constatação (ou construção) do estado da arte realizada por Castro e Marques em nada ajudava a situar o trabalho escrito por Brasiliense. Ao contrário, queria apenas, uma vez mais, atribuir importância ao autor e sua obra, valor que talvez nem tivesse perante o tribunal do IHGB, mas que necessário para não incorrer, como já dissemos mais acima, no esquecimento do estudo. Mesmo quando os pareceristas reconheceram não ser “muito”, ou seja, não ser uma obra que expunha elementos de profundidade teórica acerca da história pátria, outro fator que se apresentou favorável às *Lições* foi a positiva acolhida pela imprensa “ilustrada” do país. Dizendo de outro modo, mesmo que o Instituto não gostasse do trabalho, não seria de bom tom ir de encontro às avaliações feitas pela crítica dos intelectuais da imprensa.

Em seguida, num breve parágrafo com apenas quatro linhas, Castro e Marques discorrem superficialmente sobre os assuntos tratados no livro, explicando que percorrem o “largo espaço que vai das arrojadas viagens de Cristóvão Colombo e Pedro Álvares Cabral até aos últimos e memoráveis sucessos da história dos nossos dias”³⁴. Mais à frente, destacarão também os “subsídios valiosos” para a história dos tempos

³⁰ Idem, *ibidem*, p.457.

³¹ Idem, *ibidem*, p.457.

³² Idem, *ibidem*, p.457.

³³ Idem, *ibidem*, p.457.

³⁴ Idem, *ibidem*, p.457.

coloniais e, mais ainda, as informações, os esclarecimentos e os documentos relativos à história contemporânea. Comentários que, isentos de crítica, não explicitam o porquê da importância dos temas abordados.

Conforme os avaliadores, Brasiliense expõe uma “cuidadosa investigação”, produzindo uma “exata apreciação dos caracteres”, elementos que revelam “invariável segurança e manifesta imparcialidade com que devem ser tratados os assuntos históricos”³⁵. Mais que isso, afirmam que Brasiliense não quebra a “verdade histórica” nem quando defende de maneira “afavorada” as ideias liberais. Defendendo o autor das *Lições*, Castro e Marques indagam: “quem poderá condenar o escritor que pugna pelos interesses da humanidade, quando defende a santa causa da liberdade, que é também a causa da justiça?”³⁶.

Sobre os assuntos de interesse à política do país, os avaliadores ressaltam mais uma vez o caráter objetivo do escritor que expõe “com franqueza e imparcialidade aos diferentes partidos os erros que cometeram e os excessos a que se entregaram”³⁷. Penso que o cuidado na apresentação das qualidades profissionais que os pareceristas tiveram, contribuíram, sobremaneira, para que o IHGB aceitasse a proposta de Américo Brasiliense, “não só pelo valor histórico que encerra, como pelo fim a que se destina”³⁸, como destacam, novamente, Castro e Marques.

Ao contrário de Malheiro Filho, candidato ao Grêmio cujo processo de admissão durou aproximadamente um ano (de 1850 a 1851), a submissão da obra de Brasiliense, ao contrário – e talvez por apresentar uma proposta bem definida –, foi rápida e bem aceita pelos julgadores da Academia. Nesse sentido, observo, agora, a trajetória deste intelectual, buscando depreender as circunstâncias que favoreceram o surgimento de seu trabalho, bem como aspectos da intencionalidade do autor.

³⁵ Idem, *ibidem*, p.458.

³⁶ Idem, *ibidem*, p.458.

³⁷ Idem, *ibidem*, p.458.

³⁸ Idem, *ibidem*, p.459.

ASPECTOS BIOGRÁFICOS DE UM EDUCADOR

Nascido a 8 de agosto de 1833, na cidade de São Paulo, Américo Brasiliense de Almeida e Mello teve sua trajetória marcada pela atuação jurídica, política e educacional. Após doutorar-se em Ciências Sociais e Jurídicas pela Faculdade de São Paulo em 1860, ano em que defendeu sua tese, atuou como advogado. Foi eleito deputado das assembleias legislativas provincial e geral, além de vereador da Câmara Municipal de São Paulo e presidente das províncias da Paraíba e Rio de Janeiro. Em 1882 foi nomeado professor – “lente” – substituto da mesma Faculdade em que obteve o grau de doutor³⁹.

A estas informações, Alfredo Nascimento, orador do IHGB na ocasião da sessão magna de 15 de dezembro de 1896, proferiu um discurso em homenagem póstuma, afirmando que como “um dos primeiros signatários do manifesto republicano de 1870”⁴⁰, Brasiliense sempre militara em prol dessa causa nos diferentes cargos em que atuara. Assim, mesmo quando impedido de exercer a presidência provincial pela terceira vez, desta feita em Pernambuco, em virtude do indeferimento do partido liberal (a que era afiliado), Brasiliense colocou-se à frente do partido republicano, “cujos destinos com entusiasmo dirigia, enquanto da sua cátedra na Faculdade Jurídica de São Paulo, que conquistara em concurso, doutrinava com magistral proficiência a futura geração da sua pátria”⁴¹.

O advento da República, entendido por Nascimento como a “crise de 15 de novembro de 1889”, possibilitou “novos horizontes” à atividade de Brasiliense. Mesmo nomeado ministro plenipotenciário em Portugal, Ministro da Fazenda e diretor da Faculdade de São Paulo, o político não chegou a exercer nenhum desses cargos, posto que “os movimentos

³⁹ BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1902, p.71-72. (v.7).

⁴⁰ NASCIMENTO, Alfredo. Elogio histórico dos sócios falecidos. IN: *R.IHGB*, v.59, parte 2, 1896, p.400.

⁴¹ Idem, *Ibidem*, p.401.

políticos o levaram a dirigir o seu estado natal como governador”⁴². Finalmente, Brasiliense serviu como Ministro do Supremo Tribunal Federal, sendo nomeado para o cargo em 1894, pouco antes de seu falecimento, em 25 de março de 1896.

Se a trajetória do paulistano foi intensa no meio político, o mesmo não se pode dizer de sua atuação no IHGB, que, ao contrário do relator da “comissão de admissão” – Malheiro Filho –, favorável a sua entrada, se caracterizou pelo descompromisso em relação às atividades burocráticas do sodalício. Com esta assertiva não quero julgar as intenções do consócio, que, pelo observado até aqui, era decerto um homem público bastante ativo. Além disso, para o Instituto mais valia possuir o nome daquele personagem figurando o seu quadro social do que não tê-lo, mesmo que Brasiliense não participasse com uma frequência maior.

Deixando de enfatizar o lado político da vida de Américo Brasiliense, entrevejo outra faceta igualmente importante – pelo menos para esta pesquisa –, a de professor. Como disse, o paulistano havia sido “lente” na mesma Faculdade em que obtivera o grau de doutor, mas esta não havia sido a sua primeira experiência na área da educação. Antes de lecionar no ensino superior, Brasiliense já ensinava jovens do ensino básico. Isto é o que evidencia o parecer recebido pela obra *Lições de história pátria* transcrito acima.

Ao abrir este manual, seu editor, José Maria Lisboa, faz uma breve apresentação explicando “ao leitor” a origem da obra. Esta se constituiu das lições ensinadas pelo autor no Colégio de São João, instituição de iniciativa privada, localizado na cidade de Campinas/SP. Reconhecido como um “ilustre” intelectual do país, Américo Brasiliense foi convidado pelo proprietário, J. B. da Silveira Caldeira, no ano de 1873, para “cercar aquele estabelecimento de merecida nomeada, assente numa sólida educação”⁴³.

⁴² Idem, *Ibidem*, p.402.

⁴³ LISBOA, José Maria. Ao leitor. IN: BRASILIENSE, Américo. *Lições da História Pátria*. Publicadas por José Maria Lisboa. 2^a. Ed. São Paulo: Tipografia da Província, 1877, s/p.

Suas preleções obtiveram grande sucesso, atraindo a atenção não só dos alunos, como também de “inúmeros cavalheiros que iam ouvir a palavra clara e erudita do ilustre doutor”⁴⁴. Diante do prestígio alcançado, Lisboa sugeriu a edição das aulas no jornal “Gazeta de Campinas” e, posteriormente, em livro. Apesar da resistência do autor, as *Lições* vieram à tona, tornando-se um dos principais manuais adotados por algumas escolas, o que se comprova pelo lançamento da segunda edição – a que tenho acesso – um ano após a publicação original de 1876.

Conforme Circe Bittencourt⁴⁵, dentre as três fases de produção da literatura escolar, a obra *Lições de história pátria* poderia ser enquadrada num segundo momento, o da introdução da disciplina de História do Brasil nos currículos oficiais escolares. Neste período, que abrangeu as décadas de 1850 a 1870, evidenciou-se um projeto nacionalista, em que a História escolar “teve como missão aliar-se ao ensino do civismo, encarregando-se da formação moral do cidadão”⁴⁶.

Quanto ao seu autor, Américo Brasiliense compunha o raro painel dos professores que possuíam curso superior e, mais que isso, o dos “professores-autores”, ou seja, aqueles que tiveram uma significativa atuação na confecção de livros, contribuindo para “a expansão da produção didática a partir da segunda metade do século XIX”⁴⁷. Ainda de acordo com Bittencourt, é possível afirmar que a prática de Brasiliense não diferiu do seletivo grupo de professores “especializados” – posso dizer – oitocentistas, cuja “organização de textos didáticos não ocorre[ra] [...] desvinculada da prática em sala de aula, como simples adaptações simplificadas dos textos eruditos”⁴⁸.

⁴⁴ Idem, *ibidem*.

⁴⁵ BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Livro didático e saber escolar (1810-1910)*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. (Coleção História da Educação).

⁴⁶ Idem, *ibidem*, p.151.

⁴⁷ Idem, *ibidem*, p.181.

⁴⁸ Idem, *ibidem*, p.182.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, pude observar que algumas das atividades burocráticas do IHGB – como a avaliação de trabalhos históricos – possibilitavam a produção de documentos capazes de evidenciar uma concepção de ensino de História, bem como de usos escolares de determinados livros, produzidos com o intuito didático. Entretanto, a inexistência de fontes que permitissem entrever a avaliação de todas as obras escolares apresentadas, especificamente as obras enunciadas na *Revista do IHGB*, levou-me a considerar apenas os pareceres daquelas que justificariam o ingresso de seus autores na Academia.

Mesmo possuindo um conjunto específico de normas, os procedimentos de acesso ao sodalício nem sempre seguiam as leis que os regiam. Apesar disso, este ritual favoreceu a veiculação de diversos pareceres sobre diferentes estudos de interesse da agremiação. Dentre eles, destaquei as avaliações realizadas sobre uma das obras consideradas como didática pelo seu autor. Assim, objetivando compreender as estrutura e o conteúdo dos pareceres, escandi o corpo documental produzido e destacado no periódico da instituição entre 1866 e 1871, a partir do qual pude sintetizar a forma das fontes analisadas.

Em relação à maioria dos pareceres sobre os trabalhos apresentados como requisito de ingresso, notei que o referente às *Lições de história pátria*, de Américo Brasiliense, coadunava em parte ao conjunto documental analisado. Nele busquei compreender os aspectos relativos ao caráter da obra (se erudita ou didática), bem como do seu autor (se historiador ou educador). Deste modo, embora atuasse como jurista, notei que Brasiliense teve a oportunidade de se relacionar com a instrução pública – na Faculdade de Direito de São Paulo – e particular – no Colégio São João – na qualidade de professor. Sua atuação, elogiada aos olhares do IHGB, rendeu-lhe considerações positivas que, sobretudo, evidenciaram a concepção de ensino de História compartilhada por alguns representantes oficiais do sodalício.

Portanto, para Olegário Herculano de Aquino e Castro e Cesar Augusto Marques, pareceristas das *Lições de Brasiliense*, ensino de

História era a prática que tinha como objetivo inculcar nos jovens um sentimento patriótico. No desenvolvimento desta atividade, considerada uma “nobre” missão, deveria o professor assumir-se como “patriota”. Nessa tarefa de difundir o patriotismo, o “instrutor da mocidade” era auxiliado pelo livro didático, ferramenta que se diferenciava de um “tratado” por não se caracterizar pelo esgotamento das temáticas abordadas pelo autor, mas que “ensinava” sem “cansar” e “esclarecia” sem possuir “pretensões”.

Sendo um “professor-autor”, Américo Brasiliense foi visto como exímio investigador, que conseguiu reproduzir “com exatidão” a História do Brasil de maneira didática. Como livro destinado a instruir, sua obra *Lições de história pátria* era um objeto “simples”, “modesto” e que buscava estabelecer a “verdade”, ou seja, era um suporte que definia os princípios básicos do ensino de História firmados pelos membros – os citados pareceristas – do IHGB. Tais princípios, segundo os representantes da academia, originavam-se de um modo específico de observar a História, reservada a “enriquecer o futuro com a experiência do passado”, ideia que considerava a referida ciência como “mestra da vida”.

Finalmente, deparei-me com a concepção de ensino de História professada por determinados integrantes do sodalício foi construída mediante opiniões alheias ao grêmio, já que, Castro e Marques respaldaram a obra e a prática de Brasiliense considerando não apenas a opinião de seus consócios, mas também a repercussão dos elementos por eles analisados – obra e prática do paulistano – na imprensa nacional.

Artigo recebido em 31 de março de 2013. Aprovado em 12 de maio de 2013.